

aRRuda
dos vinhos
na rota histórica
das linhas de torres

Índice

Índice	3
Carlos Lourenço	4
<i>Presidente da Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos</i>	
Maria Gertrudes Cunha	5
<i>Vereadora da Cultura</i>	
O interesse britânico nas Linhas de Torres	6
<i>Coronel Gerald Napier, ex-director do Royal Engineers Museum [Real Museu dos Engenheiros], Chatham, Inglaterra</i>	
Linhas de defesa de Lisboa ou Linhas de Torres	8
A engenharia militar na salvaguarda do património nacional no Município de Arruda dos Vinhos	
<i>José Paulo Ribeiro Berger, Tenente-Coronel do Exército, Engenheiro Militar, Chefe do Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar</i>	
Escavações Arqueológicas nos Fortes do Casal do Cego e da Carvalha	10
Arruda dos Vinhos	
<i>Guilherme Cardoso, Arqueólogo da Assembleia Distrital de Lisboa</i>	
O Centro de Interpretação de Arruda dos Vinhos	12
Estratégia de intervenção	
<i>Paulo Monteiro, Arqueólogo, Conservação e Restauro do Património Monumental, Lda.</i>	

Rota Histórica das Linhas de Torres	14
Circuito de Arruda dos Vinhos	
<i>Ana Correia, Jorge Lopes e Paula Ferreira Sousa, Sector de Planeamento Cultural do Município de Arruda dos Vinhos</i>	
Forte do Cego e Forte da Carvalha	16
Estudos Arqueológicos	
<i>Jorge Lopes, Arqueólogo Estagiário do Município de Arruda dos Vinhos</i>	
Napoleão e as Invasões Francesas a Portugal	18
1.ª Invasão a Portugal sob comando do General Junot	20
O Exército Francês reorganiza-se e prepara a 2.ª Invasão a Portugal sob comando do Marechal Soult	21
3.ª Invasão a Portugal sob Comando do Marechal Massena (Beira Alta) e Marechal Soult (Alentejo)	23
As Linhas de Torres	24
Arruda nas Linhas de Torres	28
A vila de Arruda e as Invasões	28
Os Fortes	30
<i>Forte do Cego</i>	31
<i>Forte da Carvalha</i>	32
<i>Forte do Paço</i>	34
A construção dos Fortes	35
Glossário	36
Bibliografia	38
Ficha Técnica	39

“É preciso que alguma coisa seja feita para que confessemos ter pensado em fazê-la.”

Napoleão Bonaparte

O Concelho de Arruda dos Vinhos, empenhado na salvaguarda e divulgação do seu património Histórico e Cultural não podia alhear-se das Comemorações do Bicentenário das Linhas de Torres que garantiram a independência de Portugal aquando da terceira Invasão Francesa liderada pelo General Massena. Aliás, o Município de Arruda dos Vinhos teve um papel fundamental na promoção de iniciativas que culminaram com a criação de uma Plataforma Intermunicipal para dinamizar e dar a conhecer aos Portugueses e ao Mundo o conjunto de Fortes e de Fortins que não deixaram passar os Franceses de Napoleão nesta Linha defensiva e que se pretende que sejam um pólo de interesse, com um significado histórico, cultural e militar de extrema importância no contexto Nacional e Europeu.

Estas estruturas militares das Linhas de Torres que, durante décadas, foram sempre esquecidos, sujeitos à erosão dos tempos e à actividade humana desconhecadora de tão valioso património, são hoje um dos elementos mais importantes em termos de história Militar em Portugal e, talvez, na Europa. Temos o privilégio de ter três destas infra-estruturas no nosso território ligadas entre si por alguns quilómetros de estradas militares que complementavam este sistema defensivo.

Milhares de cidadãos anónimos, muitos dos quais oriundos do Concelho de Arruda dos Vinhos ergueram, em segredo, tão valiosa estrutura defensiva garantindo a nossa independência. Por isso, rendo aqui nestas Linhas, a minha homenagem a todos aqueles Arrudenses que deram muito de si para erguer tamanha Obra. Arruda dos Vinhos orgulha-se das suas gentes e do seu património e não poderíamos esquecer quem nos garantiu a nossa soberania, o nosso Povo!

Salvaguardar e disponibilizar o acesso ao público destas infraestruturas, pressupõe um avultado investimento por parte da Autarquia, apoiada pelo Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (EEAGRANTS).

Gostaria de agradecer ao Exército Português toda a disponibilidade e colaboração demonstradas durante os trabalhos de recuperação dos Fortes, bem como ao Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu, na Pessoa de Sua Excelência, a Senhora Embaixadora da Noruega Inga Magstad.

Das serras que dominam Arruda dos Vinhos os Franceses não passaram! Aqui escreveram-se páginas de ouro da História Militar de Portugal e da Europa.

Agradeço o trabalho de todos aqueles que de uma forma ou de outra permitiram que hoje conseguíssemos partilhar um pouco desta nossa história...

Com os melhores cumprimentos,

Carlos Manuel da Cruz Lourenço
Presidente da Câmara Municipal

A abertura do Centro de Interpretação das Linhas de Torres em Arruda dos Vinhos significa o cumprimento de um objectivo estratégico, no âmbito da valorização histórica, patrimonial e identitária do nosso território e das nossas gentes.

Com efeito, e ao longo destes anos de pesquisa, de recolha de informação e da sua posterior organização, fomos apercebendo do impacto e das consequências que a Guerra Peninsular teve no dia a dia da nossa vila, e dos homens e mulheres que nos antecederam. Sabemos que foram vividos momentos de grande provação: episódios de pilhagem, memórias de medo e horror, fome, miséria e devastação. Durante esse negro período, as nossas gentes viram-se privadas das suas casas, dos seus haveres e das suas rotinas. A sua dignidade e o seu espírito de sacrifício manter-se-iam, no entanto, intactos e inabaláveis. Activamente contribuiriam com o seu trabalho e com a sua total abnegação, em nome da defesa do reino, colaborando assim para a manutenção da integridade nacional e da soberania.

Como testemunhos desse tempo determinante, restam-nos hoje três obras militares que, dos altos onde foram erigidas, perpetuam esse pedaço da nossa memória e da nossa história colectiva. Preservá-las, valorizá-las e dá-las a conhecer às gerações presentes e vindouras é entendido, na nossa perspectiva, como um dever e uma missão. Não tendo agora o mesmo uso para que foram concebidas e construídas,

serão locais de excelência para a observação e fruição da nossa paisagem, pontos de encontro de investigadores de história e arquitectura, e verdadeiros museus ao ar livre para estudantes e para todos aqueles que nos queiram visitar.

Do ponto de vista do turismo e da cultura, pretende-se que, este conjunto patrimonial, constituído pelas estruturas militares e pelo centro de interpretação a elas ligado, seja um pólo de interesse e promoção do nosso território, aglutinador de novos projectos, num horizonte de qualidade de vida e desenvolvimento sustentado. Neste sentido, impõe-se como desafio converter uma antiga linha de defesa num futuro eixo de aproximações e interculturalidades, respeitando o seu passado e potenciando a sua identidade original.

Maria Gertrudes Cunha
A Vereadora da Cultura

O interesse britânico nas Linhas de Torres

CORONEL GERALD NAPIER

Ex-Director do Royal Engineers Museum [Real Museu dos Engenheiros], Chatham, Inglaterra

As crianças do Reino Unido ouvem falar das Linhas de Torres na escola quando lhes são ensinadas as Guerras Napoleónicas e o papel de Portugal aliado dos britânicos na derrota da Invasão Francesa de 1810. A maior parte destes jovens esquecem os detalhes mas o nome “As Linhas de Torres” permanece nas suas memórias; possui uma aura romântica, um som misterioso e até aqueles que se lembram do nome não fazem ideia do que eram as “Linhas”, que aspecto teriam, nem qual seria a sua finalidade.

Um elevado número de turistas britânicos vêm agora a Portugal. Muitas empresas organizam excursões de grupos a Lisboa e às encantadoras cidades mais a norte como Coimbra e Porto, mas a grande maioria diverte-se com o clima e as praias do Algarve. Poucos visitantes têm conhecimento das batalhas épicas travadas em defesa da sobrevivência de Portugal, há duzentos anos. No entanto, recentemente, tem aumentado o número de excursões especializadas na visita aos campos de batalha, mas ainda assim, com alguma dificuldade de tempo para dar a merecida atenção às Linhas.

Isto pode vir a mudar em breve. Um pequeno grupo de delegados da Câmara dos Comuns e da Câmara dos Lordes do parlamento britânico visitou Lisboa em Julho de 2009 para encetar conversações com os seus homólogos portugueses, sobre estes assuntos de interesse comum. Durante esta visita, um representante da Plataforma

Intermunicipal para as Linhas de Torres apresentou de forma cabal as Linhas de Torres e, durante um dia inteiro, tiveram a oportunidade de verificar *in loco* o incrível progresso dos trabalhos de reabilitação dos fortes, os estudos arqueológicos que estão a decorrer e os planos para o futuro. Os delegados ficaram entusiasmados com aquilo que viram e ouviram. Sentiram, sem margem para dúvidas, que o Reino Unido, o mais antigo aliado de Portugal e o principal beneficiário da derrota de Napoleão, deveria oferecer o seu apoio a todo este inspirador trabalho.

Estes delegados, membros da Câmara dos Lordes e da Câmara dos Comuns, decidiram criar um grupo denominado “Amigos das Linhas de Torres” de modo a envolver não só políticos, mas também representantes do turismo, das universidades, das organizações culturais e desportivas e de quaisquer organizações do Reino Unido com interesses comuns nesta área. O objectivo será o de elevar o papel das Linhas para, em articulação com a PILT, investigar possíveis formas de oferecer ajuda.

Estes são tempos difíceis para ambos os países. São infinitos os pedidos de financiamento público e os políticos dificilmente darão prioridade a financiar um projecto como as Linhas. Contudo, os delegados encaram as Linhas como um símbolo do relacionamento entre as duas nações, profundamente enraizado na nossa história comum; compreendem inteiramente que a plena concretização das Linhas ficará como

um lembrete para as actuais gerações dos sacrifícios dos seus antepassados que contribuiu para a fundação da Europa livre que conhecemos hoje.

Não existem, portanto, dúvidas sobre a vontade dos políticos britânicos, que viram o que está em curso neste momento, apoiarem o que for possível. Embora pudesse ser positivo que algum resultado prático surtisse neste ano do bicentenário em que as Invasões Francesas foram derrotadas por uma força aliada anglo-lusa, é igualmente necessário estimular uma cooperação a longo prazo no sentido de ajudar as Linhas de Torres a prosperar num futuro próximo. É este o objectivo declarado dos Amigos das Linhas de Torres.

Traduzido por Joaquim Jorge
(Técnico Superior do Município de Loures)



Delegados da Câmara dos Comuns e da Câmara dos Lordes do Parlamento Britânico em visita às Linhas de Torres – Julho 2009

Linhas de defesa de Lisboa ou Linhas de Torres

A engenharia militar na salvaguarda do
património nacional no Município de Arruda dos Vinhos

JOSÉ PAULO RIBEIRO BERGER

Tenente-Coronel do Exército, Engenheiro Militar

Chefe do Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar

Foram as LINHAS DE DEFESA DE LISBOA que, em 1810, permitiram a Portugal a conservação da sua independência contra a invasão das forças francesas de Massena.

O trabalho, o engenho e a arte da fortificação concorreram de uma forma judiciosa para aperfeiçoar as vantagens materiais do terreno, fortificar e cobrir as posições fracas, diminuir o comprimento da frente acessível e defendê-la dos eixos de aproximação inimigos. O seu princípio fulcral baseava-se na mobilidade do exército aliado anglo-luso, pronto a acorrer a qualquer posição atacada. Assentava num conjunto de obras de terra – fortificação não permanente – bem posicionadas, que se dispunham na Península de Lisboa em três linhas sucessivas e em mais duas linhas na Península da Arrábida. Dependia da rapidez, eficácia e segurança das comunicações através das estradas militares e da rápida transmissão de informações e ordens conseguidas pelo uso de postos telegráficos.

Desde 2006, no âmbito das comemorações do bicentenário da Guerra Peninsular, que o Exército Português, deu início ao Plano de Reabilitação e Conservação dos Fortes, Redutos e Baterias das Linhas de Defesa de Lisboa implantados em prédios militares que lhe estão afectos. Foi sob a orientação da Repartição de Planeamento e Gestão de Património (RPGP) com o apoio do Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar (GEAEM), que a Direcção de Infra-Estruturas do Exército (DIE), em conjunto com a Pla-

taforma Intermunicipal para as Linhas de Torres (PILT), tem vindo a coordenar a intervenção da Engenharia Militar na conservação e reparação do Forte da Carvalha (Obra n.º 10) e Prédio Militar n.º 2 do Município de Arruda dos Vinhos.

Os trabalhos iniciais do levantamento topográfico, delimitação do prédio militar e implantação de marcos foram realizados pela Repartição Técnica de Engenharia/DIE, tendo sido seguidos pela identificação e registo de flora e fauna existentes levantados pelos técnicos do Município de Arruda dos Vinhos. Posteriormente, através da Escola Prática de Engenharia, no âmbito do Plano de Actividade Operacional Militar (PAOM), foram realizados os trabalhos de desmatção e limpeza do coberto vegetal, conservação e reparações limitadas, seguidas da necessária vedação periférica de protecção.

A intervenção ligeira realizada na fortificação permitiu que esta ficasse minimamente preparada para a realização da interessante campanha arqueológica que se seguiu, levada a cabo pelo Município. O esforço conjunto permitiu a fruição cultural pública, assinalada pela presença física, visível a quilómetros de distância, de um mastro em cujo topo, durante o Verão, passou a estar hasteada a bandeira nacional da época da Guerra Peninsular.

No âmbito do Projecto Intermunicipal designado por Rota Histórica das Linhas de Torres apoiado pelo Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (EEA-



Militares do Exército Português

GRANTS) a Câmara de Arruda dos Vinhos com o Exército Português, agora através do Regimento de Engenharia n.º 1, estão a realizar em conjunto uma intervenção mais profunda no Forte da Carvalha que consiste no tratamento do coberto vegetal, movimentação de terras, reabilitação através de reparação e reconstrução limitadas, regularização e apropriação de acessos e zonas de estacionamento, marcação de circuito de visita e sinalização informativa.

Esta tem sido uma actividade que o Exército Português, através da sua Engenharia Militar, em directa colaboração com a Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos, tem vindo a realizar no âmbito das missões de utilidade pública que lhe estão incumbidas e das suas obrigações institucionais em defesa do património, muito dele já desaparecido, mas que constitui marco de memória importante do nosso passado histórico, militar, social e cultural.

Escavações Arqueológicas nos Fortes do Casal do Cego e da Carvalha

Arruda dos Vinhos

GUILHERME CARDOSO

Arqueólogo da Assembleia Distrital de Lisboa

Os Fortes do Cego e da Carvalha localizam-se, respectivamente, à direita e à esquerda do estreito Vale da Mata, no extremo norte da Serra Alta. Defendiam a antiga estrada de Arruda dos Vinhos a Lisboa, por Bucelas.

Integravam-se nas Linhas de Torres Vedras, mandadas edificar pelo General Wellington, cuja construção se iniciou em 1809 e terminou em meados do ano seguinte. Tinham por finalidade a defesa de Lisboa dos exércitos napoleónicos comandados pelo General Massena, durante a 3.^a Invasão Francesa.

As sondagens arqueológicas promovidas pela Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos, no Verão de 2008, com a colaboração da Assembleia Distrital de Lisboa, possibilitaram uma leitura pormenorizada dos métodos construtivos daquelas fortificações.

Embora as estruturas defensivas tivessem sido levantadas em cerca de sete meses, o tratamento arquitectónico e de engenharia de algumas das suas edificações demonstram o profissionalismo e a competência dos seus construtores. Desde a escolha do local, à abertura de fossos, construção de reparos, paióis, terraplenos e canhoneiras, tudo foi pensado ao mais ínfimo pormenor, permitindo rapidez de construção e garantindo uma elevada robustez.

Observa-se que, no caso destes fortes, as plataformas onde assentavam os reparos dos canhões eram lajeadas com pedra cal-



Escavações arqueológicas no Paio do Forte do Cego

carenítica. Para isso, o terreno sofria uma preparação de nivelamento prévia, com um enchimento de pedras ligadas com argamassa, onde assentava o piso lajeado. No caso do Forte da Carvalha, as lajes foram previamente numeradas no estaleiro, pelos canteiros, para mais facilmente serem dispostas junto às canhoneiras a que estavam destinadas. Este processo de numeração das cantarias já era empregue nos fortes portugueses da segunda metade do século XVII, de que conhecemos o exemplo do revelim do Passeio Maria Pia, em Cascais. Curiosamente, observa-se que as lajes ainda existentes no local, numa das canhoneiras do Forte da Carvalha, tinham a numeração desencontrada, evidenciando uma alteração da sua posição original. Será que não foram projectadas para aquele sítio e que, ao alterarem o local de destino, os pedreiros não souberam, ou não quiseram, respeitar a sua ordem?



Desenho do Paio do Forte do Cego

Os paióis encontravam-se rebaixados, com o telhado – de uma água – ao nível do terrapleno. O acesso ao paiol do Forte do Cego fazia-se por uma pequena calçada inclinada, que levava a um patamar lajeado, onde se abria uma pequena porta que dava para o paiol, de planta rectangular, piso sobradado e paredes estucadas. Três dos lados do paiol eram contornados por uma trincheira, que recebia a água da chuva e a canalizava para uma conduta subterrânea, que por sua vez a encaminhava para fora do reduto, através de uma abertura existente na escarpa.

A sondagem arqueológica realizada na través existente no Forte do Casal do Cego permitiu concluir que o mesmo fora inteiramente construído com terra margosa, com raras pedras de pequenas dimensões.

Por sua vez, a pequena sondagem efectuada na parte setentrional do Forte da Carvalha permitiu identificar a conduta de águas pluviais, de secção rectangular, que escoava a água da chuva que caía sobre o terrapleno onde se localizavam as canhoneiras, para o lado meridional do reduto.

O Centro de Interpretação de Arruda dos Vinhos

Estratégia de intervenção

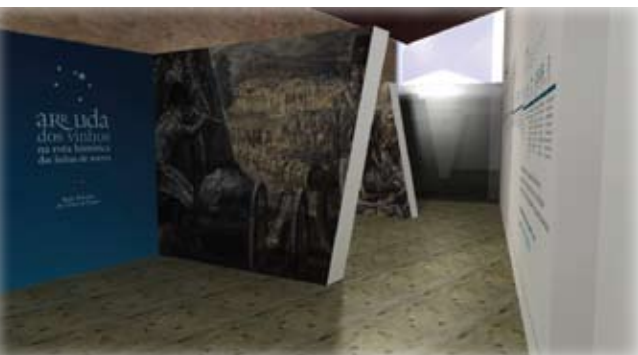
PAULO MONTEIRO

Arqueohoje, Conservação e Restauro do Património Monumental, Lda.

A criação de um Centro de Interpretação dedicado ao conhecimento da Guerra Peninsular e dos Fortes de Arruda dos Vinhos é uma aspiração local com muitos anos.



Pretende-se que seja um pólo dinamizador que contribua para a animação turístico/cultural da região, mas também que dê a conhecer um importante legado da história militar que são os redutos das linhas de Torres situados no concelho de Arruda dos Vinhos, bem como a política de terra queimada praticada pelos exércitos portugueses e ingleses no combate aos exércitos de Napoleão.



Desta forma a nossa intervenção centrou-se no espaço do foyer do auditório municipal, pelo que havia a necessidade de se conjugar funcionalidades, concentrando-se meios e esforços em uma única unidade, reduzindo custos e potenciando sinergias. Criou-se pois uma estrutura multifuncional que é capaz de dar a conhecer este vasto património, congregando em si equipamento multimédia interactivo e que possui uma modularidade extrema não interferindo com as habituais sessões do Auditório Municipal.

É fundamental que o espaço cultural seja capaz de atrair a atenção dos visitantes, pelo que existiu uma enorme preocupação estética na elaboração das instalações ao nível visual e sensorial, que se traduziu num design gráfico integrador e contemporâneo.

No âmbito da estratégia museológica foi produzido pelos técnicos da Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos um conjunto de conteúdos em diversas áreas do saber histórico que incorporam e suportam o discurso museográfico bem como a aplicação interactiva. Pretende-se assim que o nosso discurso museológico seja interpretado e compreendidos pelos diferentes públicos, com particular destaque para o público escolar, estabelecendo distintos caminhos e estimulado o visitante a conhecer os diversos redutos militares do concelho.

Por isso, queremos que este Centro seja o lugar onde confluem todos os conhecimentos e ideias para a interpretação e entendimento deste território com história. É o local onde se dá uma ideia de conjunto e portanto funciona como ponto de partida e origem de diferentes rotas e propostas culturais, educativas e turísticas, fortalecido pelos circuitos turísticos e outros núcleos patrimoniais e gastronómicos.

Pretendemos que esta intervenção seja congregadora, uma porta de acesso, um centro de serviços e um elemento catalisador dos visitantes para o concelho, sem nunca esquecer os seus habitantes locais que assumem aqui um papel fulcral para o seu entendimento e vivência.

Neste sentido esperamos que esta unidade cultural seja um continuar com a implementação de políticas criativas de desenvolvimento sustentadas e na criação de mecanismos de gestão que permitam de maneira eficaz a participação de todos os munícipes na árdua tarefa, nunca concluída, que é a preservação e valorização da sua localidade. Desta forma, podemos ter uma visão integral, territorial e sustentável, que mais cedo ou mais tarde se irá converter num ponto de referência para todos aqueles que querem reivindicar a diversidade cultural de Arruda dos Vinhos como um bem imprescindível para a cidadania das gerações vindouras.

Rota Histórica das Linhas de Torres

Circuito de Arruda dos Vinhos

ANA CORREIA, JORGE LOPES E PAULA FERREIRA SOUSA

Sector de Planeamento Cultural do Município de Arruda dos Vinhos

O Património Histórico-Cultural do Concelho de Arruda dos Vinhos tem vindo a ser alvo de intervenções de salvaguarda, preservação e divulgação, com vista à fruição pública da população arrudense e dos turistas. Neste âmbito, e integrado num projecto de âmbito mais alargado – Rota Histórica das Linhas de Torres – têm vindo a ser intervencionadas as fortificações construídas há 200 anos com o objectivo de travar o exército de Napoleão Bonaparte, na 3ª Invasão a Portugal.

Desde 2008, o Município de Arruda dos Vinhos, como impulsionador do Projecto Intermunicipal de Salvaguarda, Recuperação e Valorização das Linhas de Torres, iniciou um conjunto de pesquisas, estudos e promoveu múltiplas parcerias de carácter técnico e científico, passando pela constituição da Plataforma Intermunicipal para as Linhas de Torres (PILT), integrando a Comissão Técnica que gere a execução física e financeira de todo o projecto, emanada das decisões da Comissão Política da PILT, na qual os Municípios de Arruda dos Vinhos, Loures, Mafra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira se uniram para preservar e promover este Património impar na história militar.

O Sector de Planeamento Cultural do Município tem assegurado a gestão deste projecto Rota Histórica das Linhas de Torres, coordenando todos os trabalhos com os demais Municípios da PILT, o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico e a Direcção de

Infraestruturas do Exército. Desde 2006, foram efectuadas intervenções no Forte do Cego (Obra Militar n.º 9) e Forte da Carvalha (Obra Militar n.º 10), a saber:

- Levantamento do coberto vegetal
- Desmatagem do coberto vegetal
- Análise de solos
- Levantamento topográfico
- Escavações arqueológicas
- Reconstrução parcial das estruturas militares.

Para além dos trabalhos nos Fortes, foram desenvolvidas várias acções complementares:

- Presidência da PILT em 2006
- Pesquisas históricas e militares
- Exposição temática sobre as Linhas de Torres
- Criação do percurso pedestre “Por Serras de Al-Ruta”
- Visitas guiadas a crianças e adultos
- Acolhimento do Seminário Internacional “A importância das Linhas de Torres na Europa”
- Preparação do Centro de Interpretação das Linhas de Torres
- Participação em Seminários e Conferências sobre o tema
- Preparação de material de divulgação e publicações
- Coordenação da Unidade de Trabalho de Comunicação do Projecto (Imagem Gráfica, Site, Promoção da Rota Histórica das Linhas de Torres)

Com a abertura do Centro de Interpretação das Linhas de Torres, do Forte do cego e do Forte da Carvalha é colocada à fruição



Rota Histórica das Linhas de Torres

pública, parte do Património Militar existente no concelho. Cumpre-se a nível Municipal, um dos diferentes objectivos da Rota Histórica das Linhas de Torres (RHLT).

Esta Rota pretende, para além de garantir a protecção deste património de excepção, tornar-se num produto turístico rentável potenciando as economias locais, mas também, tornar-se num produto sustentável a nível nacional e internacional.

As potencialidades e virtudes desta Rota, permitem captar públicos nas vertentes: política, militar social, económica e ambiental. Pelo que estão a ser desenvolvidas estratégias de promoção que permitam a continuidade da preservação/conservação deste conjunto patrimonial, mas que ao mesmo tempo constitua uma mais valia para os Municípios que o possuam aliando-o a outros eixos de interesse, nomeadamente e dadas as características da Região, à Gastronomia, aos Vinhos, ao Golfe e a outro património edificado.

Porque o património deve ser considerado um bem comum, todos deverão ajudar e contribuir para a sua preservação, para que as gerações futuras continuem a comemorar em Arruda dos Vinhos o início da derrota de Napoleão Bonaparte.

Forte do Cego e Forte da Carvalha

Estudos Arqueológicos

JORGE LOPES

Arqueólogo Estagiário do Município de Arruda dos Vinhos

Construídos há 200 anos com objectivos militares, as fortificações das Linhas de Torres, marcam a paisagem da região. Edificadas no alto de “cabeços” montanhosos, assumiram durante a 3.^a Invasão uma enorme importância a nível estratégico, como é o caso do Forte do Cego (Obra Militar n.º 9) e do Forte da Carvalha (Obra Militar n.º 10), no concelho de Arruda dos Vinhos, que devido à sua localização protegiam todo o vale de Arruda, tentando evitar a sua transposição pelas tropas francesas. Estas estruturas, para além dos seus objectivos de defesa, tomam outras proporções peculiares, nomeadamente ao nível de sua construção, aliada à estratégia de defesa.

Os primeiros trabalhos de estudo arqueológico, iniciados no ano de 2008 sob a direcção científica do Arqueólogo Guilherme Cardoso, cujos objectivos passavam por sondar e diagnosticar o estado das estruturas em pontos específicos, puseram a descoberto algumas evidências que ajudam a caracterizar melhor as estruturas.

As sondagens arqueológicas permitiram constatar que as fortificações foram construídas com matéria-prima da região, o que reduziria os custos e os tempos de construção. O Forte do Cego e o Forte da Carvalha apresentam características construtivas semelhantes, sendo a estrutura composta fundamentalmente por terra e pedra proveniente dos aterros de construção dos fossos que circundam a estrutura, mas com pormenores técnicos construtivos extremamente elaborados.

Os paióis, implantados no interior dos fortes, são constituídos por alvenaria seca, protegidos por um maciço de terra, denominado de Través, que serviria como protecção ao fogo inimigo. No Forte do Cego, após a limpeza do paiol, verificou-se a existência de uma calçada e de uma conduta de escoamento de águas, que permite dizer que o paiol, devido à sua função, deveria possuir um sistema de escoamento de água, de modo a evitar a inutilização da pólvora caso esta entrasse em contacto com água. Deste modo, para além deste sistema de escoamento, o seu piso de circulação era composto por lajes planas, em pedra, e no qual poderia assentar um soalho de madeira, de acordo com o que acontece em paióis de outras estruturas estudadas.

As canhoneiras, igualmente intervencionadas em ambos os fortes, são estruturas com forma trapezoidal, onde eram colocadas as peças de artilharia, vulgarmente chamadas de canhões, compostas também por um piso em laje plana, que permitia a circulação das peças de artilharia com maior facilidade.



Reconstrução no Forte da Carvalha

● ● ●
Presentemente, o Município de Arruda dos Vinhos, com os objectivos de aprofundar os estudos e a consequente preservação destes espaços e a abertura para fruição pública, procedeu a uma primeira fase de conservação dos fortes, de modo a reconstruir e tornar estáveis as estruturas que se encontravam destruídas ou em mau estado de conservação.



Reconstrução no Forte da Carvalha

Em 2010, realizaram-se trabalhos de limpeza e de reconstrução parcial, nomeadamente a conservação e restauro dos paióis e canhoneiras e da recuperação dos reparos, destruídos ao longo dos anos pela erosão e pela acção de destruição por mão humana, no caso do Forte da Carvalha. Estes trabalhos levados a cabo pela por uma equipa de técnicos de conservação e restauro e de arqueólogos, permitiram a reconstrução fiel das estruturas intervencionadas, de forma a proporcionar ao visitante um conhecimento da arquitectura dos fortes e uma melhor compreensão do seu funcionamento.

Pela informação histórica e arqueológica até agora recolhida, e tendo em conta as funções para os quais foram concebidos, bem como as evidencias que o terreno apresenta, permitem constatar que os fortes são bem mais complexos e com uma maior capacidade de defesa. Estamos perante estruturas bem mais elaboradas e com características técnicas bem mais complexas, que se poderão estender pela periferia, para além das estruturas até agora identificadas e intervencionadas.



Paliçada no Fosso do Forte da Carvalha

Napoleão e as Invasões Francesas a Portugal

Napoleão Bonaparte ascendeu ao poder em 1799 e adoptou o nome de Napoleão I (entre 18 de Maio de 1804 e 6 de Abril de 1814). Foi uma figura importante no cenário político mundial da época, esteve no poder da França durante 14 anos e, nesse período, conquistou grande parte do continente europeu. O seu sucesso deveu-se ao talento estratégico e espírito de liderança.

O fim do processo revolucionário da França, com o *Golpe 18 de Brumário* (data do calendário estabelecido pela Revolução Francesa, equivalente a 9 de Novembro de 1799 do calendário gregoriano), marcou o início de um novo período na França: a Era Napoleónica.

O Governo de Napoleão constituiu-se por três fases:

1. Consulado (1799-1804)
2. Império (1804-1814)
3. Governo dos Cem Dias (1815)

1 Consulado

Abandonaram-se os ideais da Revolução Francesa “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”, e a forte censura à imprensa e aos órgãos policiais aniquilou qualquer oposição ao governo de Napoleão.

2 Império

Em 1804 foi realizado um plebiscito que aprovou a nova fase da Era Napoleónica, com quase 60% de votos. Restituiu-se o regime monárquico na França e Napoleão foi indicado para ocupar o trono.

No dia da sua coroação, a 2 de Dezembro de 1804, Napoleão I retirou a coroa das mãos do Papa Pio VII, que foi especialmente para a cerimónia, e coroou-se a si mesmo, deixando bem claro que não tolerava nenhuma autoridade superior à dele. Em seguida, coroou a sua esposa – a Imperatriz Josefina.



Coroação de Napoleão e Josefina



Neste período, o Império Francês atingiu uma grande extensão, com quase toda a Europa Ocidental e parte da Europa Oriental ocupadas. Foram realizadas uma série de batalhas para a conquista de novos territórios para a França. Com o objectivo de derrotar os ingleses, o Império Francês decretou o Bloqueio Continental em 1806, em que Napoleão I determinou que todos os países europeus deveriam encerrar os portos ao comércio com Inglaterra. Porém, a revolução industrial de Inglaterra tinha-a colocado numa posição favorável de exportação de produtos, e muitos países participantes do Bloqueio saíram prejudicados porque não tinham produção industrial própria.

Portugal tinha relações privilegiadas com a Inglaterra, através da assinatura do *Tratado de Methwen* em 1703 (Portugal comprometeu-se a consumir os produtos industrializados e Inglaterra comprometeu-se a

consumir os vinhos e tecidos de Portugal). Perante a “indecisão” de Portugal (que tentava uma neutralidade forçada perante Inglaterra e França), a Inglaterra viria a ameaçar com a usurpação das colónias, pelo que Portugal não participou no Bloqueio Continental, tornando-se o único aliado de Inglaterra contra a França.

Contrariado com a decisão de Portugal, Napoleão I formou uma aliança com a Casa Real Espanhola para a invasão a Portugal, em 27 de Outubro de 1807, o *Tratado de Fontainebleu*. De acordo com este tratado, Portugal seria conquistado e dividido em três reinos:

- Lusitânia Setentrional – entre o Rio Minho e o Rio Douro
- Algarves – região a sul do Tejo
- Resto de Portugal – entre o Rio Douro e o Rio Tejo

Napoleão I iniciou a Guerra Peninsular (1807-1814), cuja primeira parte é conhecida como Invasões Francesas a Portugal.

1.^a INVASÃO A PORTUGAL

sob comando do General Junot

- *18 de Outubro de 1807*

Tropas Francesas entram em Espanha.

- *20 de Novembro de 1807*

Alcançam a fronteira portuguesa e não encontram resistência.

- *24 de Novembro de 1807*

Atingem Abrantes em busca de provisões.

- *28 de Novembro de 1807*

Entram em Santarém e partem rumo a Lisboa, no mesmo dia.

- *29 de Novembro de 1807*

A Corte e a Coroa Portuguesa partem para o Brasil e estabelece-se o Rio de Janeiro como a nova capital do Reino.

- *Saída da Corte para o Brasil*

Face à chegada a Portugal do exército francês em Novembro de 1807, a Corte e a Coroa Portuguesa partem para o Brasil, ficando o Governo assegurado por uma regência nomeada pelo Príncipe Regente, futuro Rei D. João VI. Antes do embarque, deixou indicações para o povo não resistir e acolher os invasores, demonstrando alguma neutralidade, tentando evitar um conflito pela força e “que se fizesse de tudo para conservar o Reino em Paz, devendo as tropas do imperador dos franceses ser bem aquarteladas e assistidas em tudo, enquanto estivessem no país.”

A partida da Coroa para o Brasil levou Napoleão e o General Junot a pensar que a ocupação de Portugal seria feita facilmente e sem grande resistência portuguesa.



Embarque da Família Real

- *30 de Novembro de 1807*

As Tropas Francesas entram em Lisboa, fazendo frente a dois regimentos em mau estado.

- *1 de Agosto de 1808*

Desembarque do Exército Britânico em Lavos (Figueira da Foz), sob o comando do General Arthur Wellesley (mais tarde Duque de Wellington), com o objectivo de proteger o porto de Lisboa.

- *17 de Agosto de 1808*

Batalha da Roliça entre as tropas francesas e as tropas luso-britânicas. O embate foi favorável aos luso-britânicos que, entretanto, se dirigiram para Lisboa.



- *21 de Agosto de 1808*

Batalha do Vimeiro entre as tropas francesas e as tropas luso-britânicas. O embate foi favorável aos luso-britânicos.

- *30 de Agosto de 1808*

Convenção de Sintra: acordo entre Inglaterra e França que encerrou a 1.ª Invasão Francesa a Portugal. O General Junot retira as suas tropas sem maiores perdas e em segurança, e o General Wellington ganha o controle de Lisboa e da linha de defesa da barra do Rio Tejo, sem necessidade de combate.



Batalha da Roliça

O Exército Francês reorganiza-se e prepara a 2.ª INVASÃO A PORTUGAL sob comando do Marechal Soult

- *10 de Março de 1809*

As Tropas Francesas entram em Portugal pela Veiga de Chaves.

- *15 de Março de 1809*

O Marechal Beresford assume o comando do Exército Português.

- *27 a 29 de Março de 1809*

O Porto é atacado, conquistado e saqueado pelo Exército Francês de Soult.

O controle da cidade do Porto aconteceu de forma bastante sangrenta devido à resistência portuguesa. Milhares de pessoas morreram ao fugir da cidade quando tentavam escapar pela Ponte das Barcas, que cedeu com o peso dos populares em fuga.

- *22 de Abril de 1809*

O General Wellington desembarca em Lisboa com reforços militares Britânicos para Portugal.

- *18 de Maio de 1809*

O Exército Francês de Soult abandona Portugal por Montalegre, após a derrota na Batalha do Douro, e encerra-se a 2ª Invasão Francesa a Portugal.

O General Wellington, prevendo uma nova invasão dos Franceses, organiza a defesa da cidade de Lisboa através de um conjunto de fortificações em torno da capital, aproveitando e reforçando os obstáculos naturais do terreno, recuperando o estudo efectuado José Maria das Neves Costa alguns anos antes. Este conjunto de fortificações ficou conhecido como LINHAS DE TORRES.

3.^a INVASÃO A PORTUGAL

sob Comando do Marechal Massena (Beira Alta) e Marechal Soult (Alentejo)

- 28 de Agosto de 1810

Almeida rende-se ao exército Francês de Massena, após a explosão do paiol de munições no dia 26 de Agosto.

- 18 de Setembro de 1810

Ocupação de Viseu pelas Tropas Francesas.

- 27 de Setembro de 1810

Batalha do Buçaco entre as tropas francesas e as tropas luso-britânicas. O embate foi favorável aos luso-britânicos, mas Wellington retirou o Exército em direcção às Linhas de Torres.

- 11 a 13 de Outubro de 1810

O Exército Francês chega às Linhas de Torres e dá-se o combate de Sobral de Monte Agraço. O Exército Francês é derrotado e não consegue atravessar as Linhas.

- 15 de Novembro de 1810

O Exército Francês retira-se das Linhas de Torres e passa o Inverno na zona de Santarém, com as tropas de Wellington no seu enalço, até Março de 1811.

- 3 de Abril de 1811

Batalha do Sabugal entre as tropas francesas e as tropas luso-britânicas. Combate vencido por Wellington, que obriga Massena a abandonar Portugal. Encerra assim a 3.^a Invasão Francesa.

A retirada de Massena nas Linhas de Torres marcou o início da viragem da carreira vitoriosa de Napoleão I. A própria fuga da Família Real Portuguesa para o Brasil contribuiu para a falha estratégica de Napoleão I: «C'est ça que m'a perdu» [foi isso que me fez perder] in *Memoires de Ste. Hélène*.

3 Governo dos cem dias

Napoleão I abdicou em Abril de 1814, mas regressou ao poder em Março de 1815, tendo sido derrotado definitivamente em Junho de 1815, por um Exército sob o comando de Wellington, em Waterloo na Bélgica. Acabou exilado na Ilha de Santa Helena, no Atlântico Sul, onde escreveu as suas memórias.



Carta Militar e Topográfica das Linhas de Lisboa

- 1 Quartel general de Lord Wellington.
 2 ^{11 12} _{10 11} Fortes de Sobral.
 3 ^{20 21} _{21 22} Fortes de S. Vicente.
 4 Forte da Foz.

Carta Militar e Topographica

DAS LINHAS DE LISBOA

Construida nos annos de 1810 e 1811 ao norte da Capital,
 levantada na escala de 1:25000 pelo S.^o C.^o do Real Corpo d'Engenheiros
Manoel Joaquim Brandão de Sousa.

Reduzida e desenhada na escala de 1:100000 na Dir.^o G.^o d'Engenharia, por
 João L. Penaguião, Cap.^o Desenhador de 1.^a Classe,
 e gravada por João F. M. Pálha.

1271



As Linhas de Torres

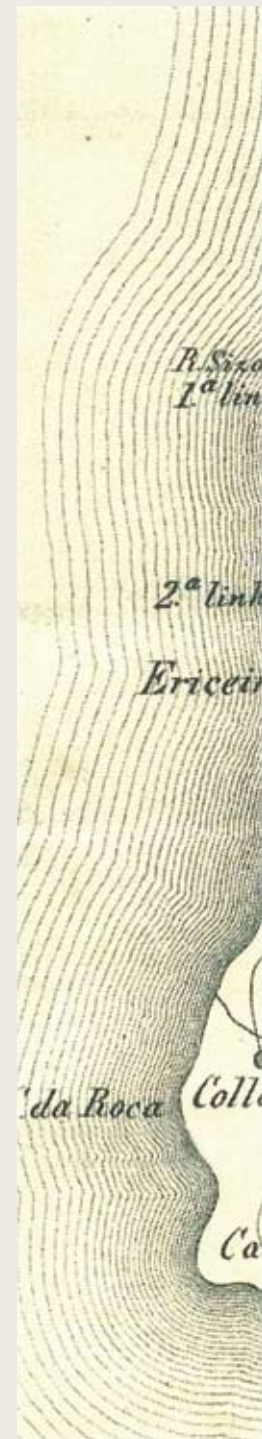
As Linhas de Torres são o conjunto de linhas fortificadas que o General Wellington concebeu para a defesa de Lisboa às invasões francesas. Aproveitando os obstáculos naturais da região, foram construídas 152 fortificações, desde Novembro de 1809 até 1812.



Wellington redigiu um documento em Outubro de 1809 com as instruções a seguir: era fundamental “a escolha de uma posição que o inimigo não pudesse tornear nem deixar à retaguarda, que tivesse comunicação fácil e segura com mar; que barrasse todas as comunicações dirigindo-se sobre Lisboa”. Depois era preciso “fortificar solidamente essa posição de forma a constituir uma verdadeira praça de armas onde se concentrassem, reabastecessem e repousassem durante algum tempo, as forças do exército de campanha anglo-lusa, a fim de oportunamente se travar, numa acção geral, a batalha que deveria decidir a sorte da capital”.



Foi assim constituído um sistema militar apoiado em 4 Linhas de Defesa, considerado um dos maiores, e mais baratos, feitos da engenharia militar britânica.



As Linhas de Torres



• 1.^a Linha

De Alhandra à Foz do Rio Sizandro (em Torres Vedras), constituída por 46km, complementada por uma flotilha de 14 canhoneiras inglesas que patrulham o Rio Tejo (a chamada Bateria do Tejo).

• 2.^a Linha

Situada a 13km ao sul da 1.^a Linha, com cerca de 39km de extensão entre o Forte da Casa e Ribamar.

• 3.^a Linha

Entre Paço d'Arcos e o Forte de S. Julião da Barra, tinha um perímetro defensivo de cerca de 3km e situa-se a cerca de 40 km ao sul da 2.^a Linha.

• 4.^a Linha

Situada na margem sul do Rio Tejo, fechando a Península de Setúbal.

A 1.^a Linha foi organizada em termos defensivos, de forma a constituir uma posição avançada, funcionando em linha com as obras que tinham sido construídas nas elevações do Sobral de Monte Agraço e de Torres Vedras. Como reforço das posições elevadas foram preparados dispositivos para inundar os terrenos junto ao Tejo, de modo a dificultar o atravessamento do Rio e a progressão por terra. O Posto de Comando das Linhas situava-se no Forte de Alqueidão, em Sobral de Monte Agraço, e as Linhas encontravam-se apetrechadas com 427 bocas-de-fogo.

As Linhas de Torres defenderam Lisboa das Invasões Francesas em 1810, mas só foram totalmente concluídas em 1812 – porque subsistiu a possibilidade de uma 4.^a Invasão –, e totalizam 152 obras, entre redutos e baterias, apetrechadas com 523 bocas-de-fogo.

A eficiência deste sistema defensivo baseou-se em cinco pilares fundamentais:

1. As Linhas de redutos encontravam-se munidas de peças de artilharia, que submetiam a fogo de flanco todas as estradas e desfiladeiros de aproximação do inimigo;
2. A construção de estradas militares que ligavam as fortificações entre si, permitindo uma rápida deslocação das tropas, no interior das Linhas;
3. A introdução de um sistema de comunicações telegráficas, adaptado ao da marinha, que permitia transmitir rapidamente mensagens entre as duas primeiras Linhas;
4. A construção das fortificações em segredo absoluto. Nem O General Massena, nem o Exército Francês tinham conhecimento destas fortificações. Mas também o Governo Britânico, a quase totalidade dos Oficiais do Estado-Maior do Exército Inglês e o Ministro Britânico em Lisboa, desconheciam a sua existência;
5. A associação de uma política de terra queimada e de desertificação, a Norte das Linhas, que levou à deslocação de cerca de 300.000 habitantes dos distritos vizinhos para dentro das Linhas, apoiando a sua defesa.



Carta Militar Britânica da Península de Lisboa



General Wellington



A construção das Linhas empregou cerca de 150.000 camponeses, recrutados numa área de 90km à volta das Linhas. Esta grande obra deve-se à população estremenha que, durante um ano, teve de abandonar as suas terras para trabalhar na construção dos fortes, mantendo-se respeitadora, industriosa, dócil e obediente para com as tropas britânicas, apesar das barreiras cultural e linguística. Para além de que as expropriações necessárias à construção das Linhas foram sempre forçadamente gratuitas e os materiais tomavam-se e não se pagavam.



A Guerra Peninsular assumiu uma violência superior à de qualquer outra guerra anteriormente ocorrida em Portugal, e as suas repercussões económicas, sociais e políticas foram muito duradouras. O número de mortos foi superior a 100.000 e muitos milhares de habitantes viriam ainda a falecer em consequência da fome e da falta de recursos que se seguiram à política da terra queimada.

Arruda nas Linhas de Torres

A vila de Arruda e as Invasões

Após a Batalha do Buçaco, a 27 de Setembro de 1810, o exército anglo-português retira para as Linhas de Torres. Na noite de 10 de Outubro, chega à vila de Arruda a Divisão Ligeira comandada pelo General Craufurd. Descrito pelo Capitão John Kincaid:



Vila de Arruda (1818)

«A nossa longa retirada terminou à meia-noite, com a chegada à pitoresca vila de Arruda, destinada a ser o posto de piquete da nossa divisão, em frente das linhas fortificadas.

Como em todos os outros lugares da linha de marcha, encontrámos Arruda totalmente deserta, mas com a diferença de que os seus habitantes tinham fugido com tanta pressa, que as chaves das portas de sua casa foram as únicas coisas que eles levaram; de modo que, quando nós entrámos, através da nossa chave de costume (a bala da espingarda abre qualquer fechadura de porta), ficámos muito surpreendidos ao descobrir que as casas estavam, não só perfeitamente mobiladas, como a maioria delas tinha comida na despensa e uma abundante provisão de bons vinhos na adega; e que, efectivamente, elas só necessitavam de alguns hóspedes, capazes de apreciarem as coisas boas que os deuses haviam providenciado. (...) Vivemos no trevo, enquanto ficámos lá: tudo o que vimos era nosso, não havendo ninguém que tivesse uma reivindicação mais legítima; e cada campo era uma vinha.

Infelizmente para nós mesmos, e ainda mais para os proprietários, nunca sonhámos com a possibilidade de manter a posse da vila: nós pensámos, evidentemente, que o inimigo iria atacar as linhas e, como este era o único posto fora das linhas, que deveria cair em suas mãos, em conformidade com o sistema que tivemos ao longo de toda a retirada pelo reino de Portugal, teríamos de destruir tudo o que nós não poderíamos usar, para impedir o benefício do inimigo. Mas, quando percebemos que íamos permanecer no local para além do período previsto, a nossa indiscrição pesou-nos na consciência, como se tivéssemos destruído num dia o que nos faria luxuosos por meses.»

A Vila ficou totalmente desprotegida, a norte das Linhas, e quando o Marechal Massena, “depois de ter chegado diante das Linhas, mandou efectuar os primeiros reconhecimento, com alguma esperança de que elas pudessem ser vulneráveis pelos vales de Calhandriz e de Arruda – onde sempre estacionou um posto de Cavalaria ligando os 2.º e 3.º Corpos –, de facto as mais susceptíveis de ser transpostas ou tornar a posição de Alhandra.” (As famosas Linhas de Torres in A HORA) Mas sobre estes vales (Calhandriz e Arruda) estavam os redutos, e todos eles estavam cortados com defesas ciclópicas, enormes abatizes de carvalhos e castanheiros arrancados da terra todos inteiros, com as suas enormes raízes, transportados com esforços sobre-humanos.

No entanto, no dia 16 de Outubro de 1810, Massena decidiu fazer o reconhecimento às linhas inimigas e estendeu os olhos pela vastidão das obras. Foi então que “deixou num muro, a pequena distância, o seu óculo de campanha. Nisto, de uma bateria de qualquer dos redutos aliados, manifestamente disparado na direcção do grupo, caiu uma granada que bateu no referido muro, a poucos passos onde se encontrava o mencionado óculo do célebre marechal de Napoleão. Compreendendo este o claro aviso de retirar-se, tirando chapéu, cortesmente saudou o inimigo e, implicitamente, a própria formidável linha de redutos, que, pela voz potente da sua artilharia, também acabara de o cumprimentar, ainda que de forma um pouco brusca...” Apesar da Vila se encontrar desprotegida, “o vale de Arruda

estava maravilhosamente defendido” (As famosas Linhas de Torres in A HORA).

Durante 4 semanas esteve a cavalaria do Corpo do Exército de Ney em Arruda. “Pela sua posição especial, esta povoação esteve sempre, mais ou menos, ocupada pela cavalaria inimiga” (As famosas Linhas de Torres in A HORA). As tropas francesas ficaram acampadas junto às entradas da vila, nomeadamente na Quinta do Alcambar; o General Massena não concebeu qualquer ataque às Linhas, e como as suas tropas foram rapidamente desfazendo-se em doenças e necessidades, começaram a retirada para mais perto da sua fonte de abastecimento.



Exército no Chafariz da Vila de Arruda

“Ele abandonou a sua posição, contrária à nossa, na noite de 9 de Novembro, deixando alguns colegas de palha recheada ocupando seus postos habituais. Alguns deles eram de cavalaria, outros de infantaria, e pareciam respeitáveis como representantes dos seus especiais antecessores, que na neblina da manhã seguinte, pensávamos

que tinham sido apoiados por alguns mais bem alimentados a partir da retaguarda; e foi no final do dia que nós descobrimos o erro e avançámos em sua perseguição.” (in John Kincaid)

O General Wellington foi o responsável pela construção das Linhas de Torres que deram origem a um dos mais notáveis acontecimentos militares de todos os tempos. A 1.ª Linha de Defesa, onde se incluem as fortificações de Arruda (Cego, Carvalha e Paço) foi a linha defensiva de toda a Península de Lisboa e totalmente intransponível, pelo que a Vila de Arruda, situada a norte das Linhas, sofreu a política da terra queimada, em que os arrudenses deixaram as suas casas, em defesa da capital e do país.

● ● ●

Foi no nosso concelho, e nos concelhos que participaram na construção destas Linhas, que Napoleão I se deparou com uma viragem na sua carreira vitoriosa. Foi uma viragem que consagrou “a nossa integridade como país livre” (As famosas Linhas de Torres in A HORA)

● ● ●

Os Fortes

No concelho de Arruda dos Vinhos existem três Fortes que integram a 1.^a Linha de Defesa de Lisboa, a saber:

1. Forte do Cego

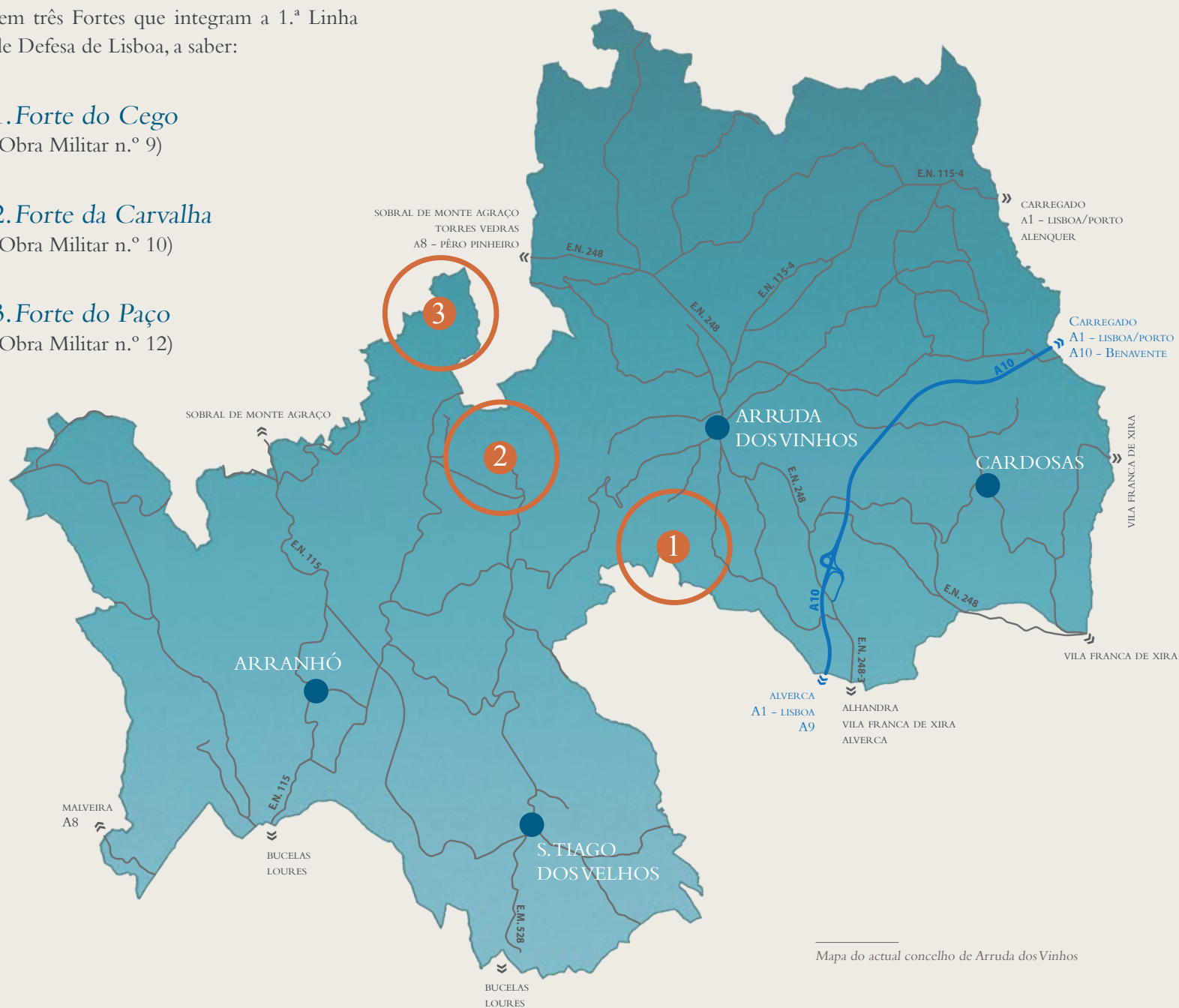
(Obra Militar n.º 9)

2. Forte da Carvalha

(Obra Militar n.º 10)

3. Forte do Paço

(Obra Militar n.º 12)



FORTE DO CEGO

(Obra militar n.º 9)

Localizado à direita do desfiladeiro de Matos, era também designado de Forte de S. Sebastião, mas por se situar no Casal do Cego passou a designar-se de Reduto do Cego.

Destinado a albergar um contingente militar de defesa, este reduto possuía um elaborado sistema de drenagem composto por uma conduta de escoamento de águas pluviais de modo a evitar acumulação de água no seu interior.

Em termos defensivos, as canhoneiras eram compostas por pisos lajeados, sendo o terreno previamente preparado com enchimento de pedras ligado com argamassa. Apresentava ainda travês construídos em terra, que serviam de protecção contra o fogo inimigo.



Canhoneira do Forte do Cego

Este forte integra a



Rota Histórica
das Linhas de Torres

- **Localização**

Casal do Cego
Freguesia de Arruda dos Vinhos

- **Altitude**

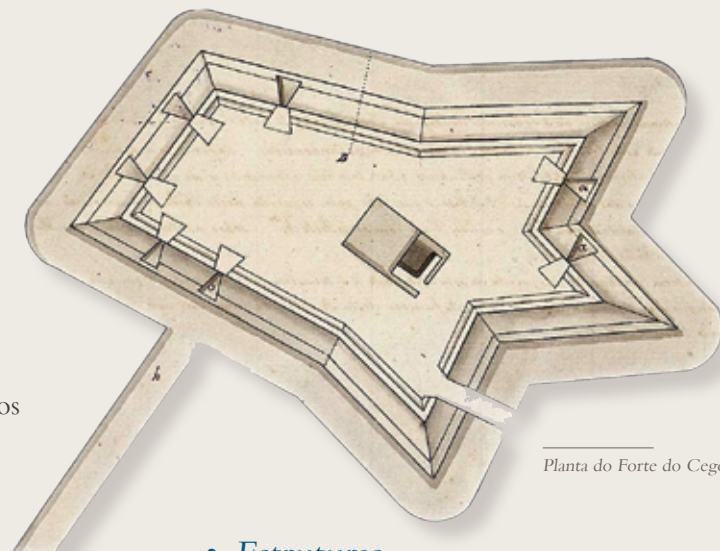
353 m

- **Latitude**

N 38° 58' 08"

- **Longitude**

W 9° 05' 09"



Planta do Forte do Cego

- **Estruturas**

1 Paiol

4 Canhoneiras equipadas com 3 peças de calibre 9 e 1 peça de calibre 12

- **Capacidade**

280 Soldados



Paiol do Forte do Cego

FORTE DA CARVALHA

(Obra militar n.º 10)

Este forte integra a



Rota Histórica
das Linhas de Torres

- *Localização*

Alto da Carvalha

Freguesia de S. Tiago dos Velhos

- *Altitude*

394 m

- *Latitude*

N 38° 58' 22"

- *Longitude*

W 9° 06' 13"

- *Estruturas*

1 Paiol

4 Canhoneiras equipadas com 2 peças de calibre 9 e 2 peças de calibre 12

- *Capacidade*

400 Soldados



Planta do Forte da Carvalha

Localizado junto à localidade de Carvalha, no ponto mais alto do concelho. Protegia o Vale de Arruda juntamente com o Forte do Cego, permitindo fogo cruzado sobre o invasor.

Em termos defensivos, as canhoneiras eram compostas por pisos lajeados, sendo o terreno previamente preparado com enchimento de pedras ligado com argamassa. Apresentava ainda través construídos em terra, que serviam de protecção contra o fogo inimigo.



Conduita de escoamento de água no Forte da Carvalha



FORTE DO PAÇO

(Obra militar n.º 12)

Localizado no alto de uma escarpa rochosa por cima da estrada de Arruda, protegia a estrada de Arruda para Sobral de Monte Agraço em conjunto com o Moinho do Céu (Obra Militar n.º 11), localizado à sua direita, e pelo Forte da Caneira (Obra Militar n.º 13), à sua esquerda.

- *Localização*
Junto ao Casal do Castelo
Freguesia de Arranhó

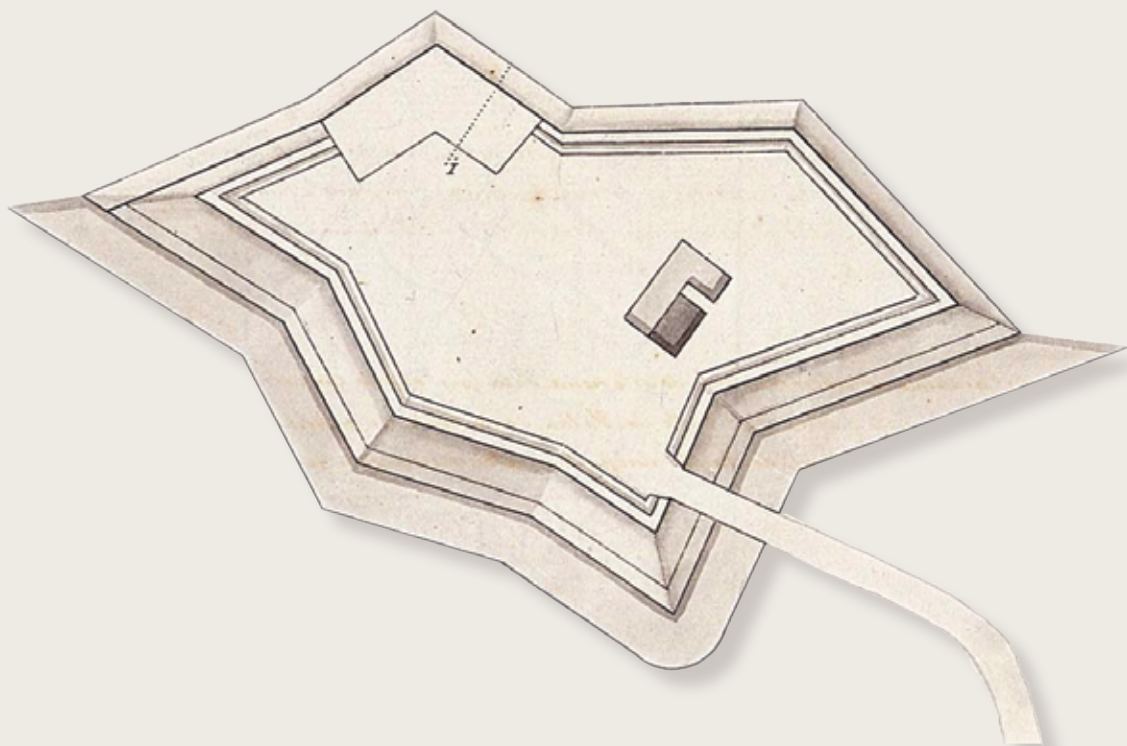
- *Altitude*
283 m

- *Latitude*
N 38° 59' 43"

- *Longitude*
W 9° 07' 03"

- *Estruturas*
1 Paiol
3 Canhoneiras equipadas com 3 peças de calibre 9

- *Capacidade*
120 Soldados



Planta do Forte do Paço

A construção dos Fortes

As linhas de defesa eram compostas por dezenas de fortificações construídas em pedra, terra e madeira, estrategicamente situadas para defesa de possíveis ataques. Um dos aspectos mais extraordinários deste projecto foi o secretismo da sua concepção e construção. As linhas demoraram um ano a construir e foram inteiramente construídas por mão-de-obra portuguesa, recrutada localmente. Os trabalhadores rurais trabalhavam em grupos de 1000 a 1500 homens, cada grupo a cargo de um oficial engenheiro, e sob a direcção de um total de 150 capatazes, entre furriéis e sargentos. O recrutamento dos habitantes da província era obrigatório e muitos dos camponeses foram obrigados a trabalhar a quilómetros de distância das habitações, enquanto as suas terras ficavam abandonadas.

No verão de 1810 foram mobilizados homens, mulheres e crianças para reforçar as equipas de trabalho que complementaram as posições de Alhandra até à Foz do Sizandro. Foram escavados, transportados e colocados nas posições defensivas, formando parapeitos e traveses, mais de um milhão de metros cúbicos de terra.

A totalidade da população de Arruda, assim como de outras localidades numa área de 90 km em redor das linhas foi envolvida nos trabalhos. Mesmo que só o chefe de uma família tivesse sido requisitado, o esforço de economia familiar tinha de ser redistribuído sobrecarregando as mulheres e crianças. Os núcleos familiares eram parte indirecta das forças logísticas do campo de batalha, durante a construção das fortificações e de todo o sistema defensivo designado por Linhas de Torres, durante a permanência das tropas inglesa e francesa na 3ª Invasão a Portugal e posteriormente. Este sistema logístico envolveu mais de 20000 pessoas (homens, mulheres e crianças) durante mais de três anos.



Os redutos apresentam várias formas geométricas, sendo os mais frequentes em forma poligonal e em estrela. Estes, construídos no topo de elevações topográficas de altitude considerável, serviam não só para alojar material de guerra e homens, como também para vigiar e defender a passagem em troços de estrada, entrada em desfiladeiros, reparação de pontes destruídas pelos ingleses de modo a dificultar o progresso dos franceses no terreno.



Glossário

- *Banqueta*

Plataforma ou degrau de pequenas dimensões localizada na parte interior do parapeito, servindo de comodidade para os defensores;

- *Caminho coberto*

Situado no alto da contra-escarpa, servindo para a circulação, contando com a protecção de um reparo geral que serve de parapeito;

- *Contra-escarpa*

Declive do fosso, oposto à escarpa, localizando-se por cima do caminho coberto;

- *Cordão*

Friso situado no exterior da estrutura, em forma de semicírculo, separando o parapeito da escarpa, estando na parte inferior das canhoeriras;

- *Cuneta*

Vala, de sentido horizontal, situada no fundo e a meio do fosso, por forma a escoar as águas;

- *Escarpa*

Inclinação do reparo, que poderá ser denominada de contra-escarpa, escarpa interior ou escarpa exterior, dependendo da sua localização;

- *Escarpa interior*

Declive do reparo, situado no lado interior da praça a partir do terraplano;

- *Esplanada*

Zona plana no interior da estrutura, servindo para retiro e circulação dos militares;

- *Fosso*

Escavado em torno da fortaleza, ou nos locais menos protegidos desta, de forma a dificultar a aproximação e a transposição;

- *Fosso*

Escavado em torno da fortaleza, ou nos locais menos protegidos desta, de forma a dificultar a aproximação e a transposição. 15 pés de largura (4,5 metros), na parte superior e 10 pés de profundidade (3 metros), local onde se encontrava a paliçada.

- *Paliçada*

Conjunto de estacas enterradas verticalmente no terreno, com ligação entre si, formando uma estrutura robusta visando a defesa no exterior da fortificação;

- *Parapeito*

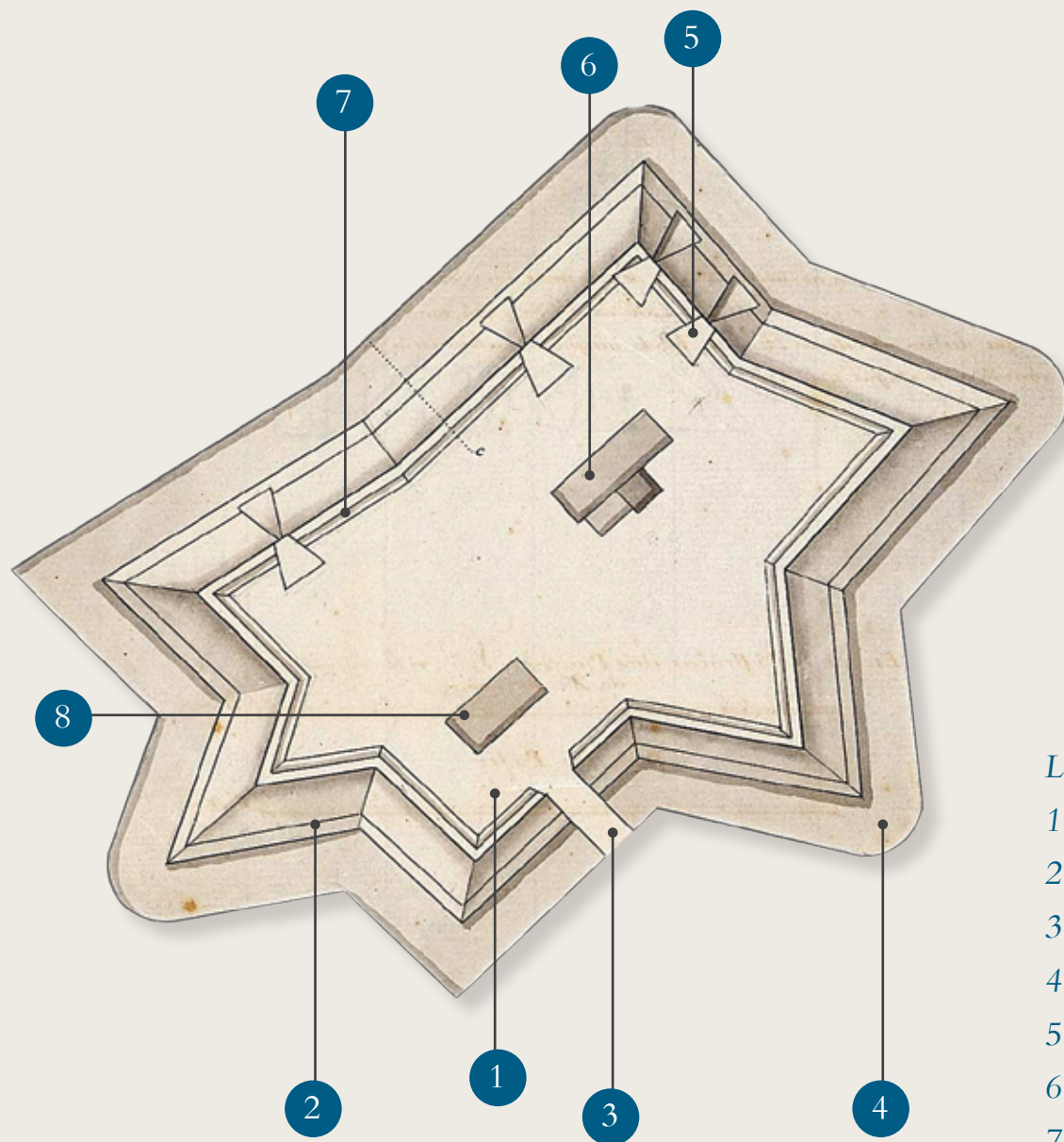
Muro de protecção que se localizava imediatamente acima do reparo, servido para protecção dos militares do fogo vindo do exterior, contando com um pequeno declive possibilitando a visibilidade da linha da contra-escarpa, que poderia ter ou não o cordão. A altura entre o nível dos parapeitos e da contra-escarpa era de sensivelmente 5 pés (1,5 metros); os parapeitos tinham uma espessura com cerca de 10 pés (3 metros), ou mais em caso de poderem estar demasiado expostos a fogo pesado do inimigo;

- *Reparo*

Maciço de terra volumoso geralmente composto pelos sedimentos retirados da escavação do fosso, rodeando a praça ou a fortificação;

- *Terraplano*

Plataforma existente no reparo, estando protegida pelo parapeito, servindo para movimentação das tropas e para manobras com as bocas-de-fogo;



Legenda

- 1 Esplanada ou Praça de Armas
- 2 Reparo
- 3 Entrada
- 4 Fosso
- 5 Canhocira
- 6 Paiol
- 7 Banqueta
- 8 Través

Bibliografia

Ministério da Cultura (1995), Recenseamento dos arquivos locais – Câmaras Municipais e Misericórdias, Vol. 1, Lisboa, Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

NORRIS, A. H., e Bremner, R. W. (2001), As Linhas de Torres Vedras, Torres Vedras, Câmara Municipal de Torres Vedras.

ROGEIRO, Filipe Soares (1997), Arruda dos Vinhos: das origens à restauração do concelho em 1898, Arruda dos Vinhos, Arruda Editora, p. 27-28.

TÓRO, Bandeira de, As famosas Linhas de Torres in “A Hora”, Arruda dos Vinhos, Julho 1956, p.21-23.

Actas do X Curso de Verão da Ericeira «Um General que Chega, Um Príncipe que parte, Um País que resiste», Portugal 1807-1808.

KINCAID, John Sir (1830), Adventures in the Rifle Brigade, London, Oxford University.

Centro de Interpretação das Linhas de Torres

Arruda dos Vinhos

ARRUDA NA ROTA DAS LINHAS DE TORRES

- *Responsabilidade*

Município de Arruda dos Vinhos – Divisão Sócio-cultural

- *Concepção e preparação de conteúdos*

Ana Filipa Correia, Jorge Lopes e Paula Ferreira Sousa

- *Imagem e concepção gráfica da exposição*

Arqueohoje – Conservação e Restauro Património Monumental, Lda.

- *Imagem e concepção gráfica de material de divulgação*

Cláudia Jaleco – Gabinete de Comunicação e Imagem do Município de Arruda dos Vinhos

- *Colaboração*

Exército Português

Gerald Napier, Coronel

José Paulo Ribeiro Berger, Tenente-Coronel

Paulo Monteiro

Guilherme Cardoso

Gisela Antunes

Natália Fernandes

Joaquim Jorge

Circuito de Arruda dos Vinhos



Informações e marcações de visitas

Serviço de Planeamento Cultural

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos

Tel.: 263 977 000

museus@cm-arruda.pt

www.cm-arruda.pt – www.rhlt.com.pt

Apoio

Instituto de Gestão do Património

Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR)

Direcção de Infraestruturas do Exército (DIE)

Mário Gonzaga Ribeiro

Arqueohoje – Conservação e Restauro do Património Monumental, Lda.

Projecto financiado pela Islândia, Liechtenstein e Noruega através do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu